

COMUNIDADES PLURAIS

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MPF *30 anos*
CIDADÃO

MEMORIAL DAS COMPOSIÇÕES E FATOS
MARCANTES DA ATUAÇÃO DO MPF NA
DEFESA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS



APRESENTAÇÃO

Como parte do projeto “MPF Cidadão – 30 anos: uma História de Combate ao Crime e de Proteção aos Direitos Humanos”, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, criada pela Resolução nº 06 de dezembro de 1993 do Conselho Superior do MPF, celebra seus 25 anos lançando o **[COM]UNIDADES PLURAIS – Memorial de Composições da Câmara no projeto Aldeia da Memória.**

Foram anos de intensa atuação e luta, de muitas conquistas e avanços, tanto para os povos indígenas e comunidades tradicionais quanto para o próprio Ministério Público Federal. Ao longo do tempo, a instituição vem amadurecendo e aprimorando de forma constante seu trabalho. Por meio do resgate da memória da 6ª Câmara e da homenagem às composições anteriores, pretende-se reconhecer os esforços não só de integrantes e ex-integrantes do colegiado, mas de todos os membros e servidores

que, com dedicação e excelência, colaboraram para a defesa de populações indígenas e comunidades tradicionais.

Ao revisitar as composições da 6ª Câmara desde sua criação, observa-se que dois de seus ex-integrantes se tornaram procuradores-gerais da República: Cláudio Fonteles, coordenador da 6ª Câmara em 1996 e procurador-geral da República de 2003 a 2005; e Raquel Dodge, membro titular e suplente em cinco composições e procuradora-geral da República desde 2017. Outros quatro membros ocuparam o cargo de vice-procurador-geral: Haroldo Nóbrega, coordenador da 6ª Câmara de 1994 a 1996 e vice-PGR de 1995 a 2003; Deborah Duprat, coordenadora de 2004 a 2016 e vice-PGR de 2009 a 2013; Ela Wiecko, coordenadora entre 2001 e 2002 e vice-PGR de 2013 a 2016; Luciano Mariz Maia, coordenador desde 2016 e vice-PGR desde 2017.

Esse histórico revela a importância da **Câmara de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais** para a instituição e sua influência na formação de algumas das principais lideranças do MPF que, ao ocuparem posições no topo da hierarquia do órgão, trabalharam pela cristalização de posições institucionais de defesa de direitos dos índios e comunidades tradicionais perante as cortes superiores. Para além desse recorte, vale registrar a relevante colaboração de todos os integrantes da 6ª Câmara ao longo do tempo, tanto titulares quanto suplentes. Todos exerceram com excelência seu dever funcional; cada um contribuiu com sua especialidade, seu ponto de vista, seus conhecimentos, talentos e comprometimento. Juntos, eles formam uma comunidade dentro do MPF, plural como são as comunidades que atuam para defender.

Os principais resultados desse esforço coletivo também integram a presente publicação, que traz os destaques da atuação do MPF na defesa de direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais. As informações foram mapeadas pelo projeto *Aldeia da Memória* e estão disponíveis na internet, em página que inclui documentos históricos, íntegras de ações, vídeos com depoimentos, informações sobre etnias, entre outros dados. Espera-se com isso reconhecer a importância de todos que contribuíram para a construção dessa história institucional, ao longo dos 25 anos de Câmara e 30 anos da Constituição, e ao celebrar as conquistas, fomentar a memória institucional. **Boa leitura!**

Brasília, 19 de abril de 2018



MEMORIAL
DAS COMPOSIÇÕES
DA 6^A CÂMARA
DE COORDENAÇÃO
E REVISÃO



DE 29/3/1994 A 7/4/1996

Coordenador

Haroldo Ferraz da Nóbrega

Membros

Aurélio Virgílio Veiga Rios

Jair Bolzani

Membros suplentes

Edson Oliveira de Almeida

Oswaldo José Barbosa Silva

Raquel Elias Ferreira Dodge



DE 8/4/1996 A 21/4/1998

Coordenadores

Cláudio Lemos Fonteles (8/4 a 15/9/1996)

Márcia Dometila Lima de Carvalho (16/9/96 a 21/4/1998)

Membros

Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

Raquel Elias Ferreira Dodge

Membro suplente

Carlos Frederico Santos (23/9/1997 a 21/4/1998)



DE 22/4/1998 A 1º/5/2000

Coordenadoras

Márcia Dometila Lima de Carvalho

(22/4/1998 a 18/8/1998)

Maria Eliane Menezes de Farias

(19/8/1998 a 1º/5/2000)

Membros

Maria Eliane Menezes de Farias

Sandra Verônica Cureau

Membros suplentes

Carlos Frederico Santos

Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

Flávio Giron (11/3/1999 a 1º/5/2000)

Raquel Elias Ferreira Dodge



DE 2/5/2000 A 3/5/2002

Coordenadoras

Maria Eliane Menezes de Farias (2/5/2000 a 19/8/2001)

Ela Wiecko Volkmer de Castilho (20/8/2001 a 3/5/2002)

Membros

Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira

Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Membros suplentes

Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho

(2/5/2000 a 9/5/2000)

José Roberto Figueiredo Santoro

Luciano Mariz Maia

Raquel Elias Ferreira Dodge



DE 3/5/2002 A 4/5/2004

Coordenadora

Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Membros

Armanda Soares Figueiredo

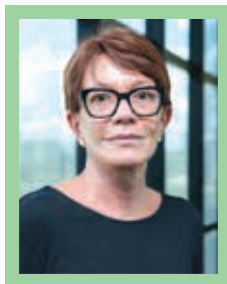
Irene Coifman Branchtein (3/5/2002 a 14/8/2002)

Membros suplentes

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

(27/6/2003 a 4/5/2004)

Samir Haddad (22/10/2003 a 4/5/2004)



DE 4/5/2004 A 4/5/2006

Coordenadora

Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira

Membros

Durval Tadeu Guimarães

Eitel Santiago de Brito Pereira

Membros suplentes

Armanda Soares Figueiredo (4/5/2004 a 12/8/2005)

Eugênio José Guilherme de Aragão

João Pedro de Saboia Bandeira de Mello

Samir Haddad

○ DE 4/5/2006 A 2/5/2008

Coordenadora

Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira

Membros

Armanda Soares Figueiredo

Brasilino Pereira dos Santos

Membros suplentes

Benedito Izidro da Silva

Eugênio José Guilherme de Aragão

Lindôra Maria Araújo

○ DE 2/5/2008 A 5/5/2010

Coordenadora

Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira

Membros

Brasilino Pereira dos Santos (2/5/2008 a 24/7/2009)

Ela Wiecko Volkmer de Castilho (2/5/2008 a 14/10/2009)

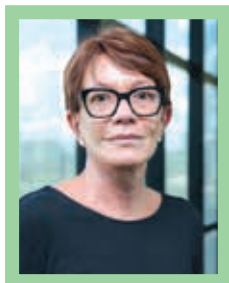
Membros suplentes

Ana Lúcia Amaral

Marcelo Veiga Beckhausen

Paulo Gilberto Cogo Leivas

Raquel Elias Ferreira Dodge



DE 5/5/2010 A 11/6/2012

Coordenadora

Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira

Membros

Aurélio Virgílio Veiga Rios

Maria Eliane Menezes de Farias

Membros suplentes

Luciano Mariz Maia

Moacir Guimarães Morais Filho

Paulo Gilberto Cogo Leivas

DE 11/6/2012 A 11/6/2014

Coordenadora

Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira

Membros

Gilda Pereira de Carvalho

Maria Eliane Menezes de Farias

Membros suplentes

Luciano Mariz Maia

Daniel Antônio de Moraes Sarmiento

Domingos Sávio Dresch da Silveira

DE 11/6/2014 A 10/6/2016

Coordenadora

Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira

Membros

João Akira Omoto

Luciano Mariz Maia

Membros suplentes

Moacir Guimarães Morais Filho

Eliana Peres Torelly de Carvalho

Márcio Barra Lima



DE 10/6/2016 A 10/6/2018

Coordenador

Luciano Mariz Maia

Membros

Antônio Carlos Alpino Bigonha

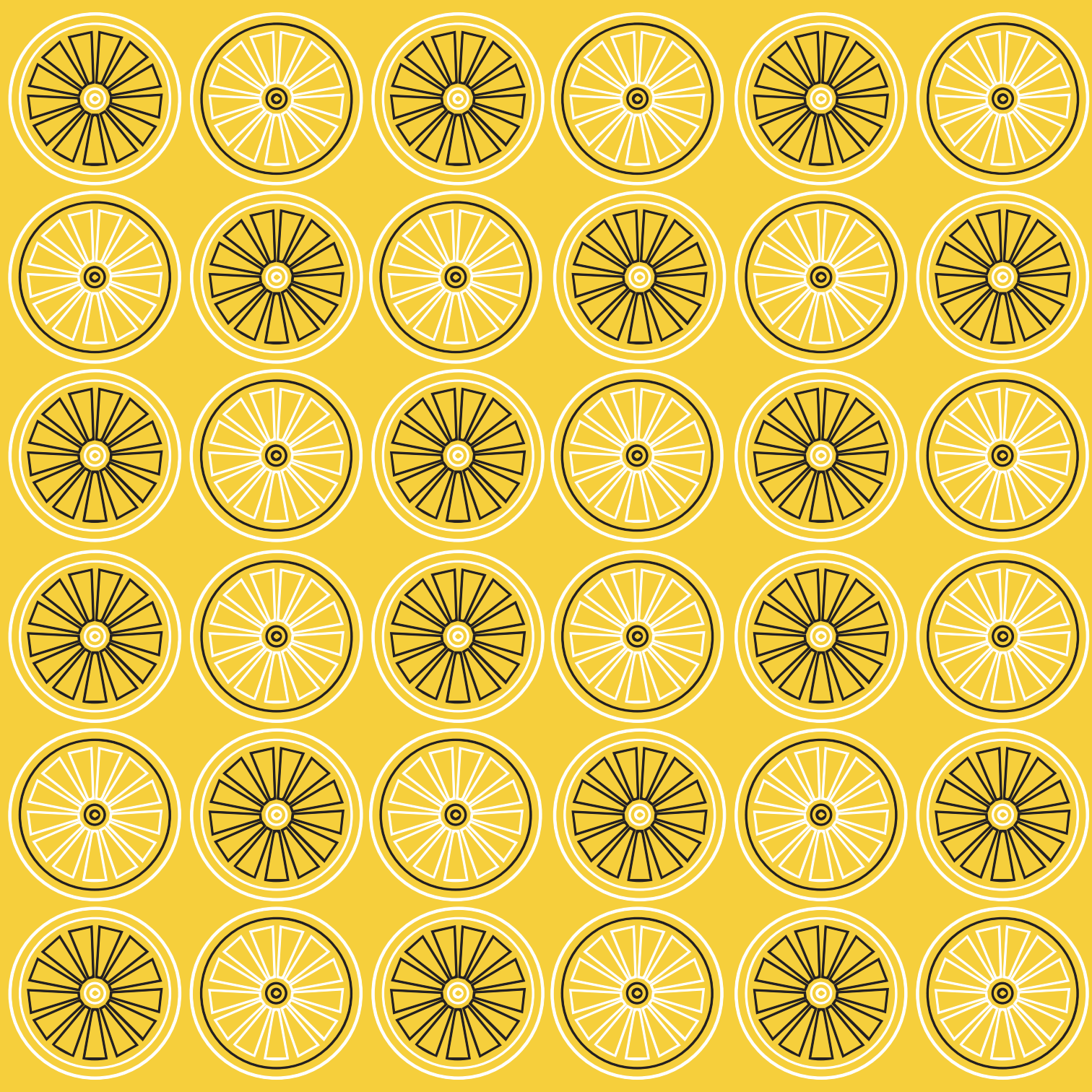
Rogério de Paiva Navarro

Membros suplentes

Eliana Peres Torelly de Carvalho

Felício de Araújo Pontes Júnior

João Akira Omoto





FATOS MARCANTES

**DA ATUAÇÃO DO MPF
NA DEFESA DOS
POVOS INDÍGENAS
E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

ABRIL DE 1985

Procuradores-chefes designam membros para atuar na defesa dos direitos individuais difusos nas Procuradorias da República.

1986

MPF cria Coordenadorias de Direitos Individuais e Interesses Difusos, entre elas a Coordenadoria de Defesa dos Povos Indígenas.

DEZEMBRO DE 1986

É criada a Secretaria de Coordenação de Direitos Individuais e Interesses Difusos.

MARÇO DE 1987

Como representante da União, contestando pedido de indenização feito pelo estado de Mato Grosso, o MPF atua na ação civil originária (ACO 362) que reclamava da criação do Parque Nacional do Xingu (MT).



Vídeo: Aurélio Rios fala sobre o início da atuação do MPF na temática indígena.

OUTUBRO DE 1988

Constituição da República amplia direitos indígenas e garante atuação do MPF na promoção da defesa das populações indígenas.

NOVEMBRO 1989

MPF propõe primeira ação civil pública pela demarcação de terra indígena em área contínua em benefício dos Yanomâmi.

MAIO DE 1991

MPF instaura inquérito civil público para investigar violação de direitos dos ciganos.

DEZEMBRO DE 1991

MPF denuncia 14 pessoas pelo caso conhecido como Massacre da Boca do Capacete, no município de Benjamin Constant, na região do Alto Solimões (AM). Em março de 1988, quatro indígenas da etnia morreram na hora, 19 ficaram feridos e 10 desapareceram no rio Solimões.

ABRIL DE 1993

MPF ajuíza ação contra a União para garantir o direito de posse da Comunidade Negra Rio das Rãs, remanescente dos quilombos, em terras utilizadas por empresa agropecuária. Foi o 1º caso da atuação do MPF na defesa das comunidades quilombolas no Brasil.



Vídeo: Deborah Duprat fala sobre a defesa dos direitos dos quilombolas.

MPF instaura inquérito civil público para investigar motivo de a União não obedecer ao art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que estabelecia o prazo de 5 anos para concluir a demarcação de terras indígenas.

OUTUBRO DE 1993

MPF denuncia cinco pessoas pelo genocídio de 16 índios Yanomâmi no episódio conhecido como Massacre de Haximú, ocorrido em março do mesmo ano.

DEZEMBRO DE 1993

MPF cria a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Comunidades Indígenas e Minorias.



Vídeo: Raquel Dodge explica como foi a criação da Câmara.

NOVEMBRO DE 1994



Imagem retirada do documentário *Martírio*, do cineasta Vincent Carelli

Procurador-Geral da República Aristides Junqueira visita o estado de Mato Grosso do Sul para tratar da situação dos Guarani-Kaiowá.



Vídeo: Aurélio Rios conta como foi a visita.

MAIO DE 1996

MPF recorre ao STJ de julgamento que absolveu o acusado de assassinar o líder Guarani-Nhandeva Marçal Tupã, em 1983.

MARÇO DE 1997



1º Encontro Nacional da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais.

ABRIL DE 1997

Morte do índio Galdino Pataxó, em Brasília.

MAIO DE 1998

Líder indígena Chicão Xucuru é executado a tiros.



Vídeo: Raquel Dodge fala sobre o caso e sobre a violência contra os índios Xucuru, em Pernambuco.

ABRIL DE 2000

500 anos do Descobrimento do Brasil.



Vídeo: Maria Eliane Menezes relembra a violência contra os índios nas comemorações dos 500 anos.

FEVEREIRO DE 2001

MPF ajuíza ação contra construção da Hidrovia Tocantins-Araguaia, que impactava povos indígenas cujos territórios localizam-se na região da bacia dos rios Tocantins e Araguaia.

ABRIL DE 2001

PGR pede nulidade dos títulos de propriedade incidentes sobre a Terra Indígena Caramuru Catarina-Paraguassu.

MAIO DE 2001

Primeira ação contra Belo Monte para suspender estudos de impacto ambiental da UHE.



Vídeo: Felício Pontes explica o contexto e fala sobre a atuação do MPF.

SETEMBRO DE 2001

STJ reconhece Massacre de Haximú como genocídio.

NOVEMBRO DE 2001

Justiça condena quatro jovens a 14 anos de prisão, cada um, pelo assassinato do índio Galdino, ocorrido em 21 de abril de 1997.

MAIO DE 2002

MPF ajuíza ação civil pública contra a União e o estado da Bahia em razão da violência policial contra minorias étnicas nas comemorações dos 500 anos do Brasil ocorrida em Porto Seguro (BA).

JUNHO DE 2002

Brasil ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais em países independentes.

JUNHO DE 2004

Criação do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas.

SETEMBRO DE 2004

PGR Claudio Fonteles argumenta conflito federativo no processo de demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol.

NOVEMBRO DE 2004

Assassino de Chicão Xucuru é condenado a 19 anos de prisão.

FEVEREIRO DE 2005

Missionária Dorothy Stang é assassinada em Anapu (PA).

MARÇO DE 2005

O MPF ajuíza no Supremo Tribunal Federal Incidente de Deslocamento de Competência em face do assassinato da missionária Dorothy Stang.

AGOSTO 2005

PGR ingressa com ADI no STF contra decreto que autoriza implantação de Belo Monte.

MARÇO DE 2006

MPF integra a recém-criada Comissão Nacional de Política Indigenista.

AGOSTO DE 2006

STF anula acórdão do TRF-1 que, contrariando entendimento de juízo singular, havia determinado realização de júri para os acusados pelo Massacre de Haximú. Em novo julgamento, TRF1 condena garimpeiros responsáveis pelo massacre nas penas de genocídio.

NOVEMBRO DE 2007

MPF celebra Termo de Ajustamento de Conduta com a Funai para a demarcação de Terras Indígenas em Mato Grosso do Sul.

SETEMBRO DE 2007

ONU aprova a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

MARÇO DE 2009

STF decide que demarcação das terras indígenas que fazem parte da área Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, deve ser contínua, e determina a saída dos produtores rurais do local.



Vídeo: Deborah Duprat fala sobre o julgamento.

DEZEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por meio da 6ª CCR, desencadeia a ação coordenada Dia D da Saúde Indígena. O objetivo é chamar a atenção para a precariedade no atendimento de saúde ao indígena no país, assim como reafirmar o compromisso do MPF na luta pela garantia do direito à saúde dos povos indígenas. Dia D da Saúde.

ABRIL DE 2013



O MPF realiza audiência pública em comemoração ao Dia do Índio, em Brasília, para marcar o lançamento de mobilização nacional em defesa da demarcação de terras indígenas.

SETEMBRO DE 2013

Em nota técnica, a 6ª CCR manifesta parecer contrário à aprovação da PEC 215, que pretende acrescentar às competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcações de terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e ratificação das terras já homologadas.

NOVEMBRO DE 2013

MPF ajuíza oito ações pelo país em defesa das terras quilombolas em ação coordenada.

ABRIL DE 2014

Em ação coordenada, MPF ajuíza 18 ações civis públicas e expede 11 recomendações para demarcação de terras indígenas.

AGOSTO DE 2014

MPF ajuíza ação civil para suspender as atividades autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em terras Cinta Larga.

NOVEMBRO DE 2014

MPF em defesa das bacias hidrográficas – Ministério Público Federal apresenta à Justiça Federal em seis estados da Amazônia Legal um pacote de ações para proteger os recursos hídricos da região. Segundo procuradores que assinam as ações, os rios amazônicos não possuem os chamados Comitês de Bacia, que são responsáveis por planejar o uso das águas.

ABRIL DE 2015



MPF consegue a repatriação de amostras de sangue Yanomâmi colhidas nos anos 1960 sem autorização.

SETEMBRO 2015

É instituída a Força-Tarefa (FT) Avá Guarani, do Ministério Público Federal, com o objetivo de apurar crimes contra comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul.

NOVEMBRO DE 2015



6ª Câmara promove Audiência Pública contra a PEC 215 e pela Demarcação de Terras Indígenas.

DEZEMBRO DE 2015

MPF ajuíza ação civil pública para reparar abusos cometidos durante a ditadura militar contra o povo Krenak.

ABRIL DE 2016

Instalado o Conselho Nacional de Política Indigenista. O MPF tem assento com direito a voz.

O MPF, por meio da 6ª CCR, promove em todo o Brasil a ação coordenada Dia “D” pelo fortalecimento do controle social na saúde indígena.

JUNHO DE 2016

A Organização de Estados Americanos (OEA) aprova a Declaração de Direitos dos Povos Indígenas. A Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DADPI) é o primeiro instrumento da história da OEA que promove e protege os direitos dos povos indígenas das Américas.

OUTUBRO DE 2016

Exibição do documentário “Guerra sem Fim: resistência e luta do povo Krenak” – Produzido pelo MPF em parceria com a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e a produtora Unnova.

A 6ª CCR divulga nota técnica que analisa a constitucionalidade e a legalidade da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.907, publicada em 17 de outubro de 2016, a qual revogou a Portaria nº 475, de 16 de março de 2011, que retirava a autonomia de gestão financeira e orçamentária dos Distritos Especiais da Saúde Indígena (DSEIs). Após divulgação da nota técnica da 6ª CCR, a portaria restabeleceu o modelo organizacional da saúde indígena.

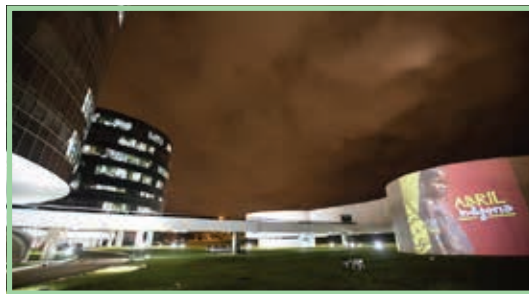
NOVEMBRO DE 2016



6ª CCR realiza audiência pública para debater a situação das populações indígenas no Brasil e buscar encaminhamentos práticos para as recomendações feitas ao governo brasileiro pela relatora especial das Nações Unidas para o Direito dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz.

ABRIL DE 2017

6ª CCR realiza o *Workshop* Sistema de Alerta Precoce e Resposta Rápida, atividade prevista como etapa do projeto institucional elaborado para criação do Sistema de Alerta e Resposta Rápida de Conflitos Sociais. O evento apresenta práticas já desenvolvidas na América Latina para desenho e implementação de sistemas de alerta precoce e resposta rápida em casos de conflitos sociais, com o fim de garantir a proteção dos direitos de indígenas, minorias e populações vulneráveis.



Sob a coordenação da 6ª CCR, a mobilização nacional #ABRILIndígena promove ações pelo fortalecimento dos direitos dos índios. A programação inclui a oficina “Os Povos Indígenas e os Direitos Originários” para debater os direitos originários dos povos indígenas às suas terras tradicionais e o sistema interamericano de proteção de direitos humanos. Projeção comemorativa ilumina a fachada de um dos prédios da PGR.

MAIO DE 2017

MPF recomenda à Funai registro de terras indígenas demarcadas e homologadas – O Ministério Público Federal (MPF) recomenda à Fundação Nacional do Índio (Funai) que registre as 30 terras indígenas já demarcadas e homologadas em todo o território nacional, pendentes de averbação em cartórios de imóveis.

AGOSTO DE 2017

Supremo Tribunal Federal julga as Ações Cíveis Originárias (ACOs) 362 e 366 – Em relação ao mérito, o STF denega o pedido de indenização ao estado de Mato Grosso, por suposto dano decorrente da criação da Terra Indígena do Parque do Xingu (ACO 362) e das Reservas Indígenas Nambikwára e Parecis (ACO 366). As decisões representam um grande ganho para os povos indígenas, não só pelo desfecho das ações mas também pelos fundamentos expostos pelos ministros no julgamento, que reafirmaram os direitos dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais, mencionando o tema da remoção forçada, sem que houvesse qualquer restrição de marco temporal.

SETEMBRO DE 2017

A pedido do MPF, o TRF1 paralisa mina da Vale no Pará por danos a índios Xikrin e Kayapó. Na decisão original do TRF1, os julgadores consideraram que, numa justa e adequada ponderação de valores, o bem “vida” sobrepõe-se aos eventuais prejuízos econômicos decorrentes da paralisação do empreendimento, devendo ser prestigiada a medida que implicar a mitigação dos riscos de perecimento e a subsistência física e cultural das comunidades indígenas Xikrin do Cateté e Kayapó.

6ª CCR realiza Oficina de Trabalho: Deslocamentos Indígenas na Venezuela e no Brasil – Intercâmbio de Conhecimentos. O evento amplia conhecimentos e permite a troca de experiências, estudos e pesquisa, com foco na ampliação dos diálogos interculturais em curso entre agentes públicos e imigrantes.

NOVEMBRO DE 2017

6ª CCR elabora a nota técnica nº 07/2017 contra a Portaria do Ministério da Justiça nº 683/2017, que “tornou nula” a Portaria do Ministério da Justiça nº 581, de 29 de maio de 2015, a qual declarava a tradicionalidade da terra indígena Jaraguá, de dimensão de 532 hectares. A Procuradoria da República em São Paulo ajuíza ação e obtém suspensão da Portaria que anulava a terra indígena.

JANEIRO DE 2018

Justiça Federal no Amazonas reconhece violações praticadas contra o povo indígena Waimiri-Atroari quando da abertura da rodovia BR-174 (que liga Manaus a Boa Vista) e determina que empreendimentos capazes de causar grande impacto na terra indígena não podem ser realizados sem que haja consentimento prévio dos Waimiri-Atroari. A decisão liminar em ação civil pública do MPF indica que a ditadura civil-militar causou danos ao referido povo; medidas de grande impacto que afetem a sobrevivência dos indígenas não poderão ser adotadas sem a concordância destes.

FEVEREIRO DE 2018

STF reconhece constitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, que disciplina o processo de identificação de territórios quilombolas, garantindo, com isso, a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.



Ciganos da etnia Calon, em acampamento em Brasília / **Foto:** Leonardo Prado



Audiência pública na Câmara dos Deputados (22/5/2014) / **Foto:** Leonardo Prado



Indígena da etnia Tiriyo do Suriname, em aldeia Aparai (AP) / **Foto:** Leonardo Prado



Quilombolas do Vale do Ribeira (SP) / **Foto:** Du Amorim/A2Fotografia



Timbira do grupo Krahô (TO) / **Foto:** Leonardo Prado



Liderança Guarani Kaiowá na TI Panambizinho (MS) / **Foto:** Leonardo Prado



Yanomami na aldeia Piaú (RR) / **Foto:** Leonardo Prado



Crianças Tubinambá no sul da Bahia / **Foto:** Leonardo Prado



Waujá do Alto Xingu (MT) / **Foto:** Leonardo Prado



Indígena em manifestação em Brasília / **Foto:** Leonardo Prado



Kayapó Mebêngôkre (PA) / **Foto:** Leonardo Prado

MPF
Ministério Público Federal

